
O poder dos agentes do telejornalismo político no JN: uma análise sobre o processo de votação do impeachment da presidente Dilma Rousseff na Câmara Federal¹

Mozarth Dias de Almeida Miranda²
Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)

Resumo:

Este artigo busca elucidar caminhos sobre a análise de discurso em reportagens telejornalísticas. Para isso, a busca por autores que discutem campo social, conceito de classe, quarto poder e imprensa nos auxiliou a analisar melhor os efeitos nas concepções do telespectador. O trabalho se debruça em uma etapa do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT) que foi a votação no plenário da Câmara dos Deputados.

Palavras-chave: telejornalismo político, análise do discurso, poder no jornalismo, impeachment, Jornal Nacional.

1-Introdução

O artigo tem o objetivo de compreender como os agentes envolvidos com o telejornalismo político podem direcionar o discurso e direcionamento da reportagem. Esse percurso só é possível quando visitamos autores como Bourdieu (1989), Debord (1997), Albuquerque (2000), porque eles amparam o nosso ponto de vista com os estudos de poder, sociedade e imprensa.

A justificativa se baseia na importância de se discutir os mecanismos de manipulação dos conteúdos divulgados pela mídia, em particular a televisão. O autor que será utilizado será Patrick Charaudeau (2010) com a análise francesa do discurso. Por meio desse autor, abordaremos na última parte do trabalho sobre as estratégias de escolha de fonte, recorte dos discursos, didatismo e ambientes de produção.

O trabalho está dividido em quatro partes que acabam gerando explicações e ponderações para o nosso objetivo geral. A primeira parte se dedica a estabelecer o poder simbólico na sociedade. Nesse viés e auxiliados por Bourdieu (1989) e Debord (1997) pretendemos compreender onde cada peça se encaixa no processo de comunicação midiática: veículo, jornalista e telespectador.

¹ Trabalho apresentado no GP Telejornalismo, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem – Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), professor, jornalista.

A segunda parte se atenta como cada agente político (parlamentar) se encontra em meio a tantos caminhos na Câmara Federal. De que forma ele se posiciona para se tornar referência e fonte jornalística. Dessa forma, no mesmo capítulo estudamos as classes profissional, política e a telespectadora no processo de produção de conteúdo.

A terceira vai se atentar a debater o papel da imprensa. A quarta é a análise da reportagem veiculada no dia 18/04/2016³ no Jornal Nacional conforme parâmetros de Análise do discurso.

2-Definição de poder simbólico: de que lado estão as ideologias?

O poder simbólico é dado pela capacidade de “ (...) fazer ver e crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo” (BOURDIEU, 1989, p. 14). A possibilidade de mobilização diante da observação dos produtos noticiosos da televisão pode ser reconhecida pelas audiências, e isso formar opinião, gerar engajamento com as filosofias, ideologias.

A realidade no contexto midiático revela diversos aspectos de interpretação do cotidiano noticioso. Os direcionamentos estabelecidos pelos veículos de comunicação diante dos cenários que cada mídia escolhe retratar passam por diversas influências antes de tomar as atitudes: poder público, interesses comerciais, posicionamento político da empresa e análise da opinião pública. O caso salta aos olhos, porque é um jogo que se deixa envolver.

É mais um ingrediente neste momento de reflexão sobre a participação do jornalista e como ele se relaciona com essas entidades de poder. Definindo o “flerte” com o representante do poder “X” (bancadas, partidos, empresários etc.), compreendemos os recortes editoriais definidos pelos telejornais diários e de que maneira a realidade deste mundo é construída.

Esse sentido exposto nas telas estabelece o alinhamento ideológico e de pensamento entre o jornalista e o telespectador que recebe o conteúdo. O valor exibido em uma faixa de tempo pequena, em telejornal específico e com audiência limitada motiva absorção do discurso, pois facilita a compreensão da realidade, mas de outro lado impõe aquela reflexão.

³ Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/edicoes/2016/04/18.html>. Acesso: 12/10/2020

O conhecimento dessa facilidade que a televisão consegue imprimir na entrega dos telejornais atrai a divulgação do cotidiano político. Assim, a função social do noticiário político com as características telejornalísticas busca a reprodução da ordem social quando governo e mídia estão juntos. Se não, a insatisfação fica transparente, e a estratégia do veículo foca na integração social e na orientação da população em relação a aquele assunto. O veículo de imprensa pode se posicionar contra um governo e fazer isso de diferentes formas, como reportagens, links, comentários e análises. Esses formatos são direcionados ao público-alvo daquele telejornal.

O consumo voluntário e até involuntário das reportagens veiculadas no Jornal Nacional, por exemplo, fundamentam a crença nas opiniões de editores e repórteres, e essa opinião é reproduzida no dia a dia da pessoa, na forma em que ela compreende as decisões do governo, na maneira como se comporta diante dos impostos, das decisões políticas, das ações da economia. Com essas possíveis reações desencadeadas pelo movimento de veiculação de notícias que são produzidas com influências pessoais, econômicas e políticas, conseguimos definir que o poder é simbólico, porque ele determina uma relação “e por meio desta – os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos” (BOURDIEU, p. 14, 1989) criam uma relação de manipulador e manipulado.

No âmbito do telejornalismo, as palavras e as imagens são características do poder simbólico exposto nas reportagens. E são as palavras que mantêm ou subvertem a ordem do discurso, e, com isso, buscamos identificar as competências no emprego delas neste trabalho. Até em que aspecto reconhecer a importância da seleção das notícias e ignorar a influência delas na objetividade? O poder simbólico nas entranhas das reportagens de TV é capaz de produzir efeitos reais de economia de energia e tempo, dois ingredientes fundamentais para a compreensão dos telejornais sem obstáculo, e é o cenário perfeito para se estabelecer uma comunicação controlada.

Segundo Debord (1997), o poder é observado de uma forma que a televisão se enquadra. A articulação entre o processo de produção e o consumo de mercadorias e o processo de produção e o consumo de imagens é englobada como poder espetacular difuso. Os telejornais atendem à essa lógica abordada por Debord. Quando? Quando esse poder se apresenta por meio dos horários fixos dos noticiários, pois uma audiência estará à espera deles e buscando informações. E como esse conteúdo é tratado? Ele passa pelo processo de produção de texto e de imagens. Eles permeiam as fronteiras do telejornalismo e são a base do material televisivo, e a narrativa depende do texto e da imagem. A organização

do espelho é composta por informações de utilidade pública, de denúncias, de reportagens reflexivas, de histórias de vida e as imagens possibilitam essas produções.

A televisão na última década passou por transformações. Foram revoluções tecnológicas que modernizaram a forma de se informar depois que a digitalização se implantou de vez nos formatos. Na visão de Debord (1997), cinco aspectos marcam esse processo integrado: renovação tecnológica, fusão da economia com o Estado, o segredo generalizado, a falta de contestação da informação que pode ser terreno fértil para as *fakenews* e a valorização do presente (desvalorização do passado para evidenciar o momento atual, reduzir processo de reflexão e, assim, compreender os movimentos políticos sem críticas). A televisão pode ser ou não ser a plataforma para esses fins.

3- Classes: de que forma que os agentes se enquadram?

3.1 Espaço social conforme Bourdieu

O espaço considerado neste artigo é Brasília, uma capital planejada pelos arquitetos Oscar Niemeyer e Lúcio Costa para ser a sede do governo federal e de diversos órgãos. É uma cidade diferente, em que a rotina urbana está envolta dos trabalhos do executivo, do legislativo e do judiciário. Mas, aqui, vamos nos concentrar no poder legislativo, portanto o nosso espaço social será a Câmara Federal e o Senado Federal. Atuam nesses locais 513 deputados e 81 senadores, respectivamente.

De acordo com Bourdieu (1989, p. 134), o espaço social é composto por forças atuantes formando um campo de relações impostas a todos que entram nessa região de conflitos. O trabalho dos deputados, por exemplo, ganha relevância quando participam de comissões em destaque e/ou bancadas com poder de influência nas votações e bandeiras levantadas. A entrada dele nesse espaço chamado Câmara exige comportamentos, alianças e leitura do ambiente para fazer as escolhas certas e obter sucesso na carreira parlamentar. Para Bourdieu, nesse espaço os agentes trabalham as intenções de forma individual ou com interações. Essas interações podem ser as alianças entre partidos, as bancadas e as comissões.

O parlamentar da esfera federal vai conviver no seu campo social com diferentes valores e variáveis do jogo político. O posicionamento dele vai depender, no primeiro momento, do volume de votos que o elegeu, o que seria para Bourdieu (1989), o volume global de capital. Ainda conforme o autor, em um segundo momento, vai depender da composição do seu capital. Por isso, nem sempre os líderes de votos ocupam os melhores cargos.

Nesse caso, o conjunto de posses, “castas”, a qual representa esse parlamentar vai direcionar os seus posicionamentos nos noticiários telejornalísticos. O posto de trabalho o legitima a ter espaço de fala dentro desse campo.

Bourdieu (1989, p. 137) aponta para um “espaço de relações” e que todas as mudanças de lugar exigem esforços, trabalho e tempo. No meio político, se explica que o tempo da Câmara não é o tempo do Executivo, e que as decisões dependem de trâmite, de articulação entre os grupos de apoio e de oposição. No caso do impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT), que vamos abordar mais a frente, o processo só foi aceito na Câmara depois que os deputados do PT, membros da comissão de ética, votaram contra o presidente Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que, antes de ser cassado por estar envolvido com diversos crimes de corrupção, teve tempo de se “vingar” aceitando o processo de impedimento da presidente. Aproveitando o caso e descrevendo melhor o cenário legislativo, as bancadas, os partidos e as coligações são fundamentais à participação do parlamentar, pois nesses espaços a sua percepção se torna macroambiental, fora a influência no meio. Nessas três instâncias, o “espaço de relações” envolve apoios em votações (“trabalho”), negociações de cargos ou recursos (“esforços”), no tempo certo para cada votação ou comissão. A união dentro desse espaço se faz necessária para a defesa do próprio nome.

3.2 Classes: onde estão e como se comportam parlamentares, eleitores e imprensa

O mandato é o mesmo. O voto é o mesmo. A verbas indenizatórias são as mesmas. Assim, todos os eleitos são os mesmos perante a lei. O parlamentar tem condições semelhantes de trabalho como de outro parlamentar. Mas as similaridades ficam por aí. Na definição de classes, segundo Bourdieu (1989, p. 136), os agentes que ocupam posições semelhantes têm “interesses, práticas e tomadas de decisão semelhantes”. O “baixo clero”, jargão utilizado para o grupo de deputados desprestigiados, está longe dos holofotes da mídia, dos centros de decisões e das pautas polêmicas com cobertura dos veículos de comunicação. Esse grupo representa isso, aliás, o ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) veio desse grupo e teve seu apoio para ingressar à presidência da Câmara. Com isso, estar bem posicionado não dá só lugar de fala, mas o reconhecimento do ato parlamentar.

O porta-voz fala pelo grupo. A palavra de ordem é dele. Na verdade, a vontade do grupo que ele representa é traduzida por ele em ações, no trato com as comissões, nas reuniões, nas negociações com as forças de posição e de oposição.

Dessa forma, a imprensa percebe as características dos partidos e das bancadas com diversas ideologias (rural, da “bala”, evangélica, entre outras). Por meio das propostas e análises feitas por essas camadas da esfera política, valores morais e intenções serão transmitidos nos projetos de lei e nas entrevistas cedidas aos veículos de imprensa. Assim, na busca por esses líderes, a procura é mais para o retorno institucional dessas representações. Qual é o caminho para a imprensa? Consultar a bancada em momento oportuno, mas sempre buscando os parlamentares mais técnicos, experientes e independentes. Na maioria das vezes, o ponto de vista desse entrevistado é crítico às tomadas de decisão do governo.

Outro aspecto de classe envolvida nesse processo é o eleitor. Ele vota e espera melhoras, mas durante o período de 4 anos não se acompanha a produtividade dos mandatos. O cidadão é a ponta final e só se descobre, em alguns casos, sobre a atuação do parlamentar em tempos de campanha. Se a economia proporcionar o acesso ao crédito, a bens materiais e não reduzir o potencial de compra, a classe média não vai se manifestar contra o andamento do governo.

Em outra faixa de eleitores, os mais pobres, um movimento claro de orientação começou com as políticas públicas desenvolvidas pelos governos PT. Essa onda promovida pelo partido foi a “transformação do proletariado como ‘classe-em-si’ em ‘classe-para-si’” (BOURDIEU, 1989, p. 138). Nessa ótica, esse movimento ocorreu de forma inevitável e as condições já estavam maduras para tal: democracia jovem (por volta dos 20 anos), balança comercial com superávit, necessidade de ampliar mercado de consumo e ao mesmo tempo incentivar com políticas públicas o desenvolvimento social. O papel do Estado era fundamental nesse projeto para gerar renda às famílias mais vulneráveis, aumentar a quantidade de anos de estudo dessas populações carentes, promover o acesso a alimentação e a saúde. A inclusão dos cidadãos de baixa renda foi feita, e, com o passar dos anos, os programas se consolidaram com capilaridade, mas, por outro lado, o Estado começava a sentir os efeitos da crise econômica de 2008 e da extensa crise política. Dois combustíveis para agitar a oposição e a classe média porque o cenário confortável mudou. E a imprensa? Qual lugar ocupa nesse tabuleiro? Os veículos de comunicação se concentram em expressar nas telas os atos efetuados no presente. Os veículos de

imprensa, na verdade, realizam a ponte entre o assunto (cenário político nacional) e os consumidores desse conteúdo (os telespectadores), mas os contornos desse mundo social que engloba os dominadores (parlamentares) e os dominados (telespectadores) são produzidos todos os dias com a destreza de jornalistas, pois eles definem o que é realidade, selecionam fragmentos do discurso político, editam as intenções, recortam os sentidos e oferecem à audiência um produto empacotado, finalizado. “Por trás do visor da câmera de TV há o olhar do cinegrafista que está captando aquela imagem. (...) O texto do repórter reúne o que ele quis nos dizer. E a edição final obedece aos critérios profissionais do editor, afinal, é o primeiro telespectador da matéria.” (PORCELLO, 2009, p. 345).

As questões políticas da relação de troca entre o Poder e a Mídia precisam ser discutidas de forma permanente no país para que a plenitude democrática seja alcançada. Mas essa discussão passa obrigatoriamente pelo telejornalismo, que é hoje um lugar de referência, substitui a praça pública da Grécia e centraliza as informações sobre a vida social, pautando e direcionando o debate. (PORCELLO, 2009, p. 344).

A parti daí, a empresa jornalística defende ainda mais o que os jornalistas analisam, visto que cada um tem as suas percepções do fato, suas interpretações. “As categorias de percepção do mundo social são, no essencial, produto da incorporação das estruturas objectivas do espaço social. Em consequência, levam os agentes a tomarem o social tal como ele é, a aceitarem como natural (...)” (BOURDIEU, 1989, p. 141).

4- O quarto poder: a imprensa como compromisso político com o cidadão

O quarto poder tem a missão de tratar o fato de maneira objetiva e deve se distinguir de valores. Dessa forma, o processo de institucionalização do fato é considerado válido, porque passou por processos legítimos executados por profissionais da imprensa (ALBUQUERQUE, 2000, p. 34) tal como apuração e pesquisa de dados.

Nessa ótica, o telejornalismo político brasileiro serve como papel mediador entre governo e oposição, em alguns casos, e ainda conta com outros setores que envolvem a coalizão⁴

⁴ Nos anos 1980, o cientista político Sérgio Abranches cunhou a expressão "presidencialismo de coalizão" para explicar o regime de governo do Brasil. Coalizões são típicas de regimes parlamentaristas. Presidencialista, o sistema político brasileiro não consegue produzir presidentes que, nas eleições, saiam vitoriosos das urnas com seu partido detendo ampla maioria no Congresso. Sem maioria, postos de governo são divididos entre partidos que concordam em oferecer apoio congressual ao presidente. Daí a associação entre presidencialismo e coalizão. O presidencialismo de coalizão há de estar baseado na convergência programática entre governo e partidos. É a confluência da necessidade de ambos

(Mancini, 1991), mas, no caso de cobertura, as opiniões dos diferentes lados compõem a credibilidade do veículo por oferecer um conteúdo completo, ouvindo todos os envolvidos e organizando a história com fidelidade aos fatos.

Para Albuquerque (2000), a democracia brasileira é considerada instável com valores e consensos que não são uníssomos para as instituições. Segundo o autor, a democracia vive em crise até em épocas tranquilas, porque a dúvida paira sobre as alianças e as divisões do poder. Diante desses acordos, a consulta popular acaba sendo o refúgio não tão seguro da jovem democracia brasileira, pois o ciclo pode ser recomeçado apenas com nomes diferentes.

Acompanhando as gestões de perto, o papel da imprensa nessa área de conflito, com legislação frágil e com diferentes estratégias sendo aplicadas, simultaneamente, deixa a atuação do quarto poder mais delicada. “Delimitar a fronteira entre os dois domínios do fato e opinião é um problema complicado e os jornalistas lidam com ele apelando para parâmetros de julgamento do sendo comum: é justamente o caráter de ‘naturalidade’ inerente ao discurso do senso comum” (ALBUQUERQUE, 2000, p. 33), e que tanto se persegue pela mídia. Por isso, as pesquisas de opinião não deixam de ser um apoio para o telejornalismo.

O fato político, em diversas vezes, é originado e se desenvolve em condições tão complexas por questões jurídicas que a própria imprensa precisaria de um telespectador qualificado para compreender a mensagem. Assim, a saída do jornalista é utilizar métodos para formar opinião das pessoas, popularizar o acesso à informação e seu consumo, mas não vai a fundo nas abordagens, e, assim, deixa para canais temáticos, especializados (em política ou economia), a explicação e a reflexão de cada passo. Nos telejornais,

Fruto de uma forte seleção, a dimensão da notícia televisiva é limitada por exigência de tempo, espaço a ser ocupado no fluxo audiovisual. Oferecida em pacotes informativos, a informação jornalística na televisão é constituída por fragmentos da realidade, cuja lógica de montagem seria definida pela organização de um texto com características que remetem à oralidade. Para se constituir em um desses fragmentos, um fato deveria ser marcado por uma forte unicidade, ou ser componente de uma grande narrativa (...) (COUTINHO, MUSSE, 2010, p, 10)

que cria o ambiente ideal para seu surgimento. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/mesa/presidencia/galeria-presidentes/michel-temer-2009-2010/artigos/um-regime-de-coalizacao>. Acesso dia: 12/10/2020.

Conforme as autoras e a exposição dos conceitos de Albuquerque (2000), o jornalismo brasileiro reconhece o seu interlocutor ideal na referência do cidadão comum. Por quê? A explicação é que o telejornalismo adotou estilos narrativos próprios do modelo americano: *lead*, pirâmide invertida, texto em estilo simples e dramatização. A mídia entende como estruturar o conteúdo, para quem ele será direcionado e a forma certa de se chegar ao telespectador, mas isso só é possível com pontos fortalecidos de contato entre imprensa e cidadão. Ele só vai se aproximar de um veículo se perceber que ali identificou credibilidade, seriedade e ponto de vista parecido com o dele.

Hoje, a mídia ocupa espaço em um momento de crise política quando os partidos políticos perdem a eficácia, e a função básica de manter a população informada fica a cargo dos noticiários. Se o atendimento às necessidades do povo não acontece, a mídia ocupa o espaço, definindo os temas relevantes e a mobilização da população (BRITOS; BOLAÑO, 2005, p. 119).

Para tal, a televisão deve conviver com conflitos em diversos setores sociais, defender causas de interesse geral e redefinir com frequência os compromissos políticos com a sociedade.

5- A análise do discurso segundo Charaudeau: mídia e política

Neste item do trabalho, vamos nos concentrar sobre o livro *Discurso das mídias*, de Patrick Charaudeau (2010). Devemos compreender os lugares de construção do produto, o contrato de informação, as fontes, o alvo afetivo e os efeitos de verdade. A reportagem foi veiculada no *Jornal Nacional* no dia 18/04/2016 e abordou como foi a votação do processo de impeachment da presidente Dilma na Câmara dos Deputados, e com derrota na votação o processo seguiu para o Senado. A votação aconteceu no domingo à tarde, e uma reportagem foi produzida para o telejornal da segunda-feira à noite.

5.1 Análise da mídia segundo Charaudeau (2010)

O processo de transformação do fato noticioso passa por fases até chegar à casa das pessoas. O trabalho intelectual depende das adaptações feitas pelos jornalistas em face das “brechas” que a linguagem pode proporcionar com vários sentidos e com sentidos próximos. Podemos encontrar ainda valores aplicados ao estado referencial (estado de mundo), o enunciado (identidade e intenções dos interlocutores), e essas características manipulam a crença das pessoas em relação aos fatos.

O processo de transformação consiste em transformar o ‘mundo a significar’ em ‘mundo significado’, estruturando-o segundo um certo número de categorias que são, elas próprias, expressas por formas. Abrange categorias que identificam os seres do mundo nomeando-os, que aplicam a esses seres propriedades qualificando-os, que descrevem as ações nas quais esses seres estão engajados narrando, que fornecemos os motivos dessas ações argumentando, que avaliam esses seres, essas propriedades, essas ações e esses motivos modalizando. O ato de informar inscreve-se nesse processo porque deve descrever (identificar – qualificar fatos), contar (reportar acontecimentos), explicar (fornecer as causas desses fatos e acontecimentos). (CHARAUDEAU, 2010, p. 41)

Na estrutura de reportagem que será exposta neste trabalho, devemos explorar diversos aspectos relacionados à citação acima. O primeiro deles é quando nomeamos pessoas, ou seja, quando utilizamos o cargo público a qual ela foi eleita, como o caso dos deputados, ou agentes que ocupam cargos eletivos no legislativo ou executivo. A partir disso, identificamos que os agentes que exercem pressão (poder) nas instâncias públicas é o parlamentar, e no ambiente público-privado, é o jornalista. Com a coleta e o possível recorte das entrevistas ou ações gravadas durante a sessão que aprovou o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff por improbidade administrativa (“pedaladas fiscais”), foi possível montar uma narrativa que identificamos com os *offs* e as estratégias de edição. O resultado identificado: o desequilíbrio que gerou interpretação a favor do processo.

A tendência de aprovação, já ventilada nos bastidores do congresso dias antes, também orientou a linha editorial e a produção. Para harmonizar o relato, o repórter descreveu o fato com as fases do acontecimento e explicou os rumos do processo que iria para o Senado.

5.2. O lugar de construção do produto

A estrutura de *off*, sonora, passagem para ilustrar e fundamentar o discurso escolhido pelo repórter no plenário, e depois afinada com o editor de texto e de imagens na finalização da reportagem, fazem parte do processo de informação. “O sentido depende, pois, da estruturação particular dessas formas, cujo reconhecimento pelo receptor é necessário para que se realize efetivamente a troca comunicativa: o sentido é o resultado de uma cointencionalidade”. (CHARAUDEAU, 2010, p. 27)

Essa intenção foi apresentada logo no começo com o *off*1. Ele aponta que o plenário está cheio, quase todos os deputados estavam presentes no local, e, no Brasil, contar com a

presença maciça nas sessões é sinal de que a pauta é importante. A relevância era tão grande que uma sessão extra, no domingo, foi aberta para esse fim com um toque de dramaticidade da luta entre governistas e oposicionistas.

Um microfone e um pequeno palco no centro do plenário. Dali, a cada voto, deputados aplaudiam e vaiavam. Dos 513 deputados, só dois faltaram: Clarissa Garotinho, do PR do Rio de Janeiro, nas semanas finais de gravidez, e Aníbal Gomes, do PMDB do Ceará, que operou a coluna. Desde o início da votação, a proporção de votos pró-impeachment foi maior. (JN, 18/08/2016)

A organização estrutural já demonstra que o enunciador vai utilizar *offs* para posicionar as informações de forma estratégica (pirâmide invertida) e complementar com as justificativas de alguns deputados que participaram da votação. Com esse aspecto, outra evidência é identificada por meio de dois pontos: desequilíbrio de sonoras a favor ou contra e o não balanço dos representantes dos partidos políticos. “Brasileiros e brasileiras, para que a decência se sobreponha a este governo moralmente desonesto, o meu voto é sim” (CARLOS SAMPAIO, deputado federal PSDB-SP, JN, 18/04/2016). Logo na sequência, tem a presença de Miro Teixeira (Rede-RJ) a favor do impeachment. Depois vem o posicionamento de um governista.

O caminho mais curto para garantir a vontade popular e representar o povo brasileiro é respeitar o resultado das eleições. A segurança desse processo é garantida pela Constituição. Então, em defesa da democracia, em defesa da Constituição, em defesa de homens e mulheres que estão nas ruas hoje e que estiveram sempre nas ruas em defesa da democracia, meu voto é não. (ARLINDO CHINAGLIA, deputado federal PT-SP, JN, 18/04/2016)

Nesses trechos observamos que acontece um desequilíbrio do volume de justificativas mais para um lado do que para o outro. Essa evidência se torna mais latente quando um pouco mais adiante o voto que finalizava o processo da Câmara, o voto 342 a favor, é evidenciado e o discurso do deputado utiliza de recurso históricos e uma pitada de heroísmo e drama.

Quanta honra o destino me reservou de poder, da minha voz, sair o grito de esperança de milhões de brasileiros. Senhoras e senhores, Pernambuco nunca faltou ao Brasil. Carrego comigo nossas histórias de luta pela liberdade e pela democracia. Por isso eu digo ao Brasil: sim pelo futuro” (BRUNO ARAÚJO, deputado federal PSDB-PE, JN, 18/04/2016)

A presença do discurso do deputado Bruno Araújo não se faz necessária, pois foi um momento já lembrado por outros telejornais transmitidos no mesmo dia antes do JN. Para Charaudeau (2010), “(...) toda a escolha se caracteriza por aquilo que retém ou despreza; a escolha põe em evidência certos fatos deixando outros à sombra” (p. 38). No começo da reportagem, já ficava claro a derrota dos governistas, mas era importante pender a balança para um lado e deixar evidente a defesa pró-impeachment do veículo de comunicação.

5.3 Fontes

As duas fontes que gravaram para o Jornal Nacional, a ex-senadora Marina Silva (Rede-AC) e Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), o ex-presidente do Brasil, se colocaram reativas ao resultado do evento de 17 de abril. Eles foram escolhidos como representantes da classe política. Marina, ex-ministra do governo PT, desfilada em 2009 para disputar a presidência pelo PV em 2010. Ela conseguiu mais de 19 milhões de votos na ocasião. Nas eleições de 2014, era vice de Eduardo Campos na chapa do PSB, que faleceu em um acidente aéreo no litoral paulista. Marina conduziu o restante da campanha e teve uma votação bem menos expressiva. Ela é direta, se colocou a favor de novas eleições da seguinte forma:

Um julgamento no TSE, com a comprovação do uso do dinheiro ilícito do petrolão para a chapa Dilma-Temer. Se tivermos a cassação da chapa, poderá ser convocada uma nova eleição, e os brasileiros escolherem aqueles que acham que podem fazer essa transição de dois anos para tirar o Brasil da crise. (MARINA SILVA, ex-senadora, JN, 18/04/2016)

Já Fernando Henrique Cardoso (PSDB), um ex-presidente, símbolo de um partido que é oposição ao governo, que esteve presente nas últimas eleições com o candidato Aécio Neves. A diferença de Aécio Neves (PSDB-MG) para Dilma foi um pouco mais de 3 pontos percentuais. Apesar das ideologias de FHC, ele se apresenta mais ponderado e apoiador da decisão do povo.

Primeiro, ainda não há presidente interino. A presidente é Dilma Rousseff. Vamos ver o que vai acontecer no Senado. Essas questões têm que ir com calma, passo a passo. Mas o que me impressionou mais ontem foi o povo. Eu acho que o povo está maduro. Nós estamos passando por um momento difícil e não houve conflito. Isso é muito importante. Quer dizer, o sentimento democrático está se enraizando no povo. Eu acho que é preciso manter a calma. O Brasil é de todos. (FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, ex-presidente da República, JN, 18/04/2106)

Eles são dois símbolos da política do país e com orientações que se identificam com parte da população brasileira, causam efeitos de verdade e geram credibilidade (CHARAUDEAU, 2010, p. 148). A presença dos deputados e FHC, políticos do PSDB, e Marina e Miro, políticos filiados a Rede e tradicionais parlamentares de oposição, é uma estratégia para reforçar o alinhamento a favor do impeachment. Observa-se que foi utilizado apenas dois partidos. O ideal seria utilizar diferentes políticos e de diferentes partidos para promover a pluralidade de justificativas.

5.4 Dados externos

O local dos fatos é o Congresso Nacional, mas no decorrer do processo existe uma transição: sai do controle dos deputados federais e vai para a análise dos senadores. É esse ponto que é utilizado pelo repórter Júlio Mosquera. Ele utiliza essa informação para explicar às pessoas o que vai acontecer daqui pra frente, como as coisas funcionam, mas não deixa de revelar um bastidor político.

O processo sai do Salão Verde, da Câmara, e vai para o Salão Azul, do Senado. Mas os deputados governistas e de oposição disseram que o trabalho deles não para na Câmara. Eles querem levar a experiência vivida na Câmara para ajudar os senadores na votação do Senado. Acompanhar passo a passo, todo o processo do impeachment. (JÚLIO MOSQUÉRA, repórter, Brasília, JN, 18/04/2016)

Outra forma de se aprofundar no assunto, foi trazer em artes os dados sobre a votação e como os partidos e estados estavam envolvidos nesse panorama traçado. Esses dados contribuíram com a compreensão de como a classe política estava dividida, e os estados também. No texto fica claro quais partidos buscavam espaço no novo governo que se formaria em poucos meses.

No Norte, 46 foram a favor, 17 contra e duas abstenções. No Nordeste, 85 a favor, 61 contra, quatro deputados se abstiveram e um faltou. Na região Sudeste, 140 votaram sim, 38 não, e um deputado faltou. A continuidade do processo de impeachment conseguiu o maior percentual de votos no Centro-Oeste: mais de 80% do total. Trinta e quatro sim, sete não. No Sul, 62 sim, 14 não, e houve uma abstenção. (...)

A continuidade do processo de impeachment recebeu 100% dos votos de nove partidos: PSDB, Democratas, PPS, Solidariedade, PRB, PSC, PSL, PV e PMB. A presidente recebeu 100% dos votos de três partidos: PT, PC do B e Psol. (JN, 18/04/2016)

A intenção era trazer a análise do cenário da votação e ilustrar o quão difícil estava para o governo a permanência da presidente no cargo. O discurso informativo e didático utilizado, segundo Charaudeau (2010), “(...) não precisam revelar uma verdade, mas somente colocá-la em evidência num quadro de inteligibilidade acessível a um grande número de indivíduos” (p. 62). Entre Câmara e Senado, é de praxe quando se tem um assunto polêmico o Senado seguir com a decisão Câmara, mas fazendo alguns ajustes no texto. Pode até voltar para a Câmara, mas não precisa de nova votação pois a questão foi fechada.

6- Considerações finais

Diante dos autores debatidos e percepções definidas no decorrer deste artigo, compreendemos que tanto Bourdieu (1989) quanto Debord (1997) contribuem com a compreensão do momento histórico. Cada um no seu tempo e influências, mas aproximamos esses autores porque o primeiro reflete o campo social e seus desdobramentos em que se encontram os profissionais de comunicação, os políticos e as leis. Já o segundo, Debord, estuda como a fluxo de produção de conteúdo e as transformações na forma de consumir notícia têm influenciado o Estado, os limites da ética, a economia e a política.

Então, a realidade parlamentar e o funcionamento do congresso é uma engrenagem que as pessoas vão mudando, mas as peças devem funcionar dentro de políticas locais, conceitos que o regimento das Casas Legislativas habilita ou limita. A intenção pode ser a melhor, mas nesse campo social o mandato deve cumprir os ritos.

O ato de objetivar, classificar os agentes e eles também realizarem análises estatísticas e recortes de posições sociais são peculiares aos repórteres que cobrem o meio político. Eles devem reconhecer o poder da imprensa, expor os meandros, as áreas de atuação dos parlamentares, e, ainda, identificar os regimentos das casas de leis para entender de quais formas os parlamentares, as comissões, as CPIs e as bancadas podem atuar. O lado mais frágil, o telespectador, depende de um conteúdo confiável e bem apurado disponibilizado pela imprensa séria que pode elevar o nível de consciência da população sobre os fatos políticos e seus desdobramentos, mas devemos ponderar e ressaltar que, mesmo o jornalista mediando os relatos no processo de transformação da notícia, pontos de vista são adicionados.

Recapitulando, o papel da mídia como quarto poder media choques, incentiva a manutenção do ordem pública, contribui para o equilíbrio entre os outros poderes e ainda pode ser uma boa moeda de troca quando defende aspectos que o agente político apoia, mas, se o reconhecimento da mídia for contrário a avaliação do político, a relação entre eles se torna problemática. Os custos para as empresas jornalísticas são calculados para se chegar a interesses, mas para isso o poder público acaba se tornando parceiro.

No momento final do trabalho, identificamos que os parlamentares do PSDB e o ex-presidente da república reforçam a tese de que o partido que faz a oposição ao governo articulou toda a transição da gestão Dilma (após saída) para a gestão Temer. Aliás, quatro ministérios foram oferecidos a quadros do partido. Um deles, o deputado Bruno Araújo (PSDB-PE), citado anteriormente, foi nomeado ministro das cidades depois que Michel Temer (PMDB-SP) assumiu a direção do país.

Referências

- ALBUQUERQUE, Afonso de. **Um outro “Quarto poder”**: imprensa e compromisso político no Brasil. Contracampo. Número 4. Volume 1. Ano: 2000.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Corrêa. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Tradução: Ângela S. M. Corrêa. 2ª. Edição. São Paulo: Contexto, 2010.
- COELHO, Cláudio Novaes Pinto. **Jornalismo e política na contemporaneidade**: teoria crítica e poder espetacular integrado. In: *Jornalismo e Contemporaneidade: um olhar crítico*. Orgs.: Cláudio Coelho, Dimas A. Kunch, José Eugênio de O. Menezes. São Paulo: Plêiade, 2015.
- COUTINHO, Iluska; MUSSE, Cristina. **Telejornalismo, Narrativa e Identidade**: a construção dos desejos do Brasil no Jornal Nacional. Revista Altejor. V.1. Ano 1. 2010.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- MANCINI, Paolo. **The public sphere and the use of News in a ‘coalition’ system of government**. In: DAHLGREEN, Peter & SPARKS, Colin. *Communication and citizenship: journalism and the public sphere*. London and New York: Routledge, p.135-154.
- PORCELLO, Flávio A. C. **Telejornalismo e Poder**: A moeda política que regula as relações de troca no Brasil. Estudos em Comunicação. Número 6. Págs. 335-348, 2009.